

artigo de opinião

Os artigos publicados nesta seção não traduzem necessariamente a opinião do IEA

Política do Algodão: JK às Avestas

José Sidnei Gonçalves¹

A Circular nº12, de 29/02/1996 da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), tratando da investigação da existência de subsídio no algodão importado, conclui "pela determinação da existência de subsídios à produção e à exportação do algodão, concedidos pelo Governo Norte-Americano, bem como pela existência de dano à produção doméstica do produto similar. Contudo não se determinou a existência de relação causal entre os referidos subsídios e o dano à produção brasileira de algodão". Com base nisso, foi encerrado o processo, e o algodão brasileiro deixado para as calendas de um pretense livre mercado.

Esse posicionamento do MICT traz à tona algumas questões básicas para o futuro da agricultura brasileira. A mais grave está relacionada à absoluta falta de mecanismos contestatórios da prática de concorrência desleal, que, no mercado internacional de produtos agrícolas, constitui na regra e não na exceção. O relatório é contraditório, pois um conhecimento mínimo do mercado de algodão permite verificar o impacto da *Farm Bill* norte-americana de 1985 sobre os preços internacionais da pluma e da redução abrupta das tarifas aduaneiras brasileiras, zeradas em 1990, sobre a produção brasileira de algodão em pluma. Em nome dessa prática liberal, de exportador o Brasil passou a importador, ao custo de ter

perdido mais de 600 mil empregos nacionais, na mesma medida em que sustenta empregos norte-americanos e europeus.

Faltou ao MICT consciência do interesse nacional, que não tem faltado no caso da indústria automobilística, cuja política nacional tem enfrentado problemas junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). A defesa desse segmento industrial está centrada na tentativa de reduzir impactos sobre a renda e o emprego decorrentes do enfrentamento entre as montadoras estrangeiras e nacionais. Certamente, a abertura do mercado interno de automóveis levaria a um pernicioso processo de desindustrialização, e a posição do MICT nesse caso está correta. O problema é que para o algodão a postura governamental não tem sido a mesma, com um aberturismo inconseqüente baseado num enorme viés tecnocrático. Sucateia-se a produção nacional, geram-se miséria e fome, embora se saiba que isso é resultado de uma equivocada política liberalizante.

Do jeito como as coisas vão o Brasil terá de aturar em vários outros setores pro-

blemas semelhantes. Os norte-americanos protegem seu mercado interno de sucos cítricos e prejudicam o Brasil, pois com a eliminação dos mecanismos encarecedores, o produto brasileiro, nas vendas aos norte-americanos, impactaria duramente a produção californiana. Aí a produção brasileira de sucos cítricos poderia expandir-se sem ficar sujeita à espera de geadas para

"Mesmo quando se tem razão, falta ao MICT coragem de defender o nosso algodão. Enquanto isso, o Governo faz de conta que quer gerar emprego e reduzir a miséria, pois a tecnocracia do MICT provoca tantas perdas sociais na agricultura que todo o empenho governamental pela reforma agrária sequer consegue gerar emprego e renda para metade dos alijados do campo pelo liberalismo equivocado no caso do algodão."

¹Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

viabilizar mais volumes de vendas. Mesmo quando se tem razão falta ao MICT coragem de defender o nosso algodão. Enquanto isso, o Governo faz de conta que quer gerar emprego e reduzir a miséria, pois a tecnocracia do MICT provoca tantas perdas sociais na agricultura que todo o **empenho governamental** pela reforma agrária sequer consegue gerar emprego e renda para metade dos alijados do campo pelo liberalismo equivocado no caso do algodão. Ao se visitar os acampamentos do Pontal do Paranapanema, encontrar-se-ão ex-cotonicultores com barracas de lona lado a lado com seus ex-empregados, tudo em nome de um discurso tecnocrático e insensível. Depois o Movimento do Sem Terra é radical. Não. Radical é o tecnocrata que aumenta seu público recrutável.

A posição do MICT acaba dizendo que os efeitos mais graves sentidos pelo algodão brasileiro derivam das condições especiais do financiamento das transações internacionais, que face aos prazos mais favoráveis (180 dias ou mais) e juros mais baixos (6% a 8% ao ano), do que as condições internas. Certamente o impacto da política macroeconômica de juros elevados são expressivos sobre os preços internos ao configurar estímulo aos importadores. Mas isso para toda a economia, como mostram os dados da Secretaria da Receita Federal que, em 1994, dos US\$33 bilhões dos gastos brasileiros com compras externas, a soma de US\$12 bilhões foi paga à vista (36,3%) e US\$20,6 bilhões (61,9%) na forma de financiamento. Em 1995, esses valores atingiram US\$49,7 bilhões no total das importações, sendo US\$17,2 bilhões (34,6%) à vista e US\$32,0 bilhões financiados (65,0%). Como as importações com financiamento crescem mais que as realizadas com pagamentos à vista, e os têxteis estão no primeiro caso, fica claro que os efeitos na produção nacional mostram-se expressivos. Entretanto, numa realidade de concorrência desleal como a vigente no mercado internacional de produtos agrícolas, em especial o algodão, a situação ficou crítica.

Por outro lado, mostra-se incompreensível a postura discriminatória do MICT em relação aos distintos agentes da cadeia têxtil. A indústria de confecções, por exemplo, ao enfrentar a concorrência predatória dos produtos artificialmente barateados do sudeste asiático, fez pressões e foi atendida, o Governo sobreteceu aqueles produtos. Por que não fazer a mesma coisa com o algodão em pluma, mesmo

quando é caracterizado o subsídio? É uma pergunta sem resposta. É preciso lembrar que os industriais têxteis conscientes sabem que a tendência mundial é de só existirem indústrias têxteis competitivas em países fornecedores de matéria-prima. Sabem e têm manifestado publicamente suas preocupações com o sucateamento da cotonicultura nacional. Apesar de tudo isso, o MICT, no seu andaime tecnocrático, continua a fazer vistas grossas para a questão. Isso pelos vários governos, desde o início da década de 90, e como resultado, em menos de cinco anos foram destruídas conquistas de mais de 50 anos. No algodão, o Governo Federal mostra-se um Juscelino às avessas.

Isso porque, em qualquer alternativa, o Brasil deve marcar posição no contexto internacional para combater as políticas dos países desenvolvidos de proteger não apenas a produção, mas também as exportações de suas agriculturas. Caso contrário não haverá a mínima chance para segmentos importantes de nossa produção frente a esses mecanismos forjadores de concorrência desleal. Os próprios norte-americanos estão preocupados com os seus subsídios ao algodão, que atingem em torno de 30% dos seus custos, principalmente quando recentemente algumas *tradings* que operam no setor foram flagradas praticando operações ilícitas para obterem vantagens, mesmo quando o produto era destinado ao consumo no próprio mercado norte-americano.

Não dá para entender esse liberalismo exacerbado das autoridades do MICT, nem onde ela quer chegar. Acena com o pagamento à vista das importações, o que amenizaria o problema ao eliminar as vantagens do diferencial de prazos e juros favoráveis nas aquisições internacionais. Mas aí o problema é com a Argentina, que deve atingir 400 mil toneladas nesta safra e, pelo andar da carruagem, deve suplantar a produção brasileira no ano seguinte. As compras desse "parceiro" do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) também gozam dos estímulos do financiamento internacional, além de outras vantagens da política interna daquele país. É preciso que o Governo Federal organize um projeto nacional para a agricultura e defenda-a como um setor estratégico na nossa economia, senão os impactos serão catastróficos a médio prazo.

É preciso romper com corporativismos atrasados e visões distorcidas da realidade. Certamente não estão corretas as posturas

ruralistas que, presas a uma arcaica visão "para dentro da porteira", acham que a salvação da lavoura é a salvação nacional. Mas a mesma coisa pode-se dizer da tecnocracia industrialista, com visão "para dentro da fábrica", e que associa tudo na agricultura ao atraso e ineficiência numa atitude claramente preconceituosa. O Brasil é uma economia continental, e a integração de seu imenso espaço geográfico à dinâmica do desenvolvimento passa inexoravelmente pela agricultura. Isso não é setorialismo, é ter claro o papel setorial e o tipo de modelo produtivo gerado na 2ª Revolução Industrial. Trata-se de um padrão, no qual os Estados Unidos foram os primeiros, em que parcela relevante da indústria de transformação é agroindústria. Não sem razão que esse país tenha se tornado não apenas na principal nação industrial, mas também na agricultura líder no contexto mundial. E o Brasil quer fazer livre comércio com essa potência hegemônica, abrindo seu mercado, sem

a mínima chance de sucesso nas principais *commodities* da agricultura, e nem ao menos exige reciprocidade.

A propósito, finalizando, e o Ministério da Agricultura (MAARA)? Pelo jeito não existe já que sucumbe à tecnocracia do MICT. Para ser coerente o Governo Federal devia extingui-lo pois não tem função para a defesa da agricultura nacional. Evitar-se-ia o desperdício de recursos públicos e principalmente os agricultores passariam a se referir diretamente ao MICT, sem intermediários para fazer valer seus pontos de vista. O *agribusiness* não está na moda, então por que não fundir o MAARA com o MICT e criar o Ministério do Desenvolvimento Econômico, abrangendo as cadeias no seu todo? Assim, dá-se um passo para acabar com o preconceito tecnocrático de que tudo na agricultura é atrasado e arcaico. No mínimo poder-se-ia falar com quem manda e não com quem faz de conta que manda.